



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MJSP - POLÍCIA FEDERAL
NUCLÉO DE IDENTIFICAÇÃO

ANEXO I
TERMO DE REFERÊNCIA

Processo nº 08230.005390/2021-45

PREGÃO Nº 08/2021
(Processo Administrativo n.º 08230.005390/2021-45)

1. DO OBJETO

1.1 Aquisição de de materiais de consumo do tipo **KIT DE INVESTIGAÇÃO SEARCH TACTICAL MASTER PARA LEVANTAMENTO DE IMPRESSÕES DIGITAIS LATENTES, MODELO TLK500 da marca Sirchie, ou similar de qualidade igual ou superior, para atender o Núcleo de Identificação da Superintendência Regional da Polícia Federal em Alagoas**, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste instrumento:

ITEM	DESCRIÇÃO/ ESPECIFICAÇÃO	IDENTIFICAÇÃO CATMAT	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE	VALOR MÁXIMO UNITÁRIO ACEITÁVEL	VALOR TOTAL DE REFERÊNCIA
1	KIT DE INVESTIGAÇÃO SEARCH TACTICAL MASTER PARA LEVANTAMENTO DE IMPRESSÕES DIGITAIS LATENTES, MODELO TLK500 da marca <i>Sirchie</i> ou similar de qualidade igual ou superior.	441606	Unid.	2	R\$ 27.161,58	R\$ 54.323,16

1.1.1. Cada kit deverá conter:

ITEM	DESCRIÇÃO	UNIDADE	QUANTIDADE
1	FAC101 Sistema de distribuição FACII® de pincéis para pó, acetinado preto	Unid.	1
2	FAC103 Sistema de distribuição FACII® de pincéis para pó, branco	Unid.	1
3	130LT1 Levantador articulado SEARCH, 3,8 cm x 5,1 cm (1.5" x 2") transparente	Unid.	12

4	131LB1 Levantador articulado SEARCH, 5,1 cm x 10,2 cm (2" x 4") preto	Unid.	4
5	131LT1 Levantador articulado SEARCH, 5,1 cm x 10,2 cm (2" x 4") transparente	Unid.	4
6	131LW1 Levantador articulado SEARCH, 5,1 cm x 10,2 cm (2" x 4") branco	Unid.	4
7	M114L Pó magnético para impressões latentes, regular preto, 30 mg (1 oz.)	Unid.	1
8	M116L Pó magnético para impressões latentes, branco, 30 mg (1 oz.)	Unid.	1
9	M117L Pó magnético para impressões latentes, cinza, 30 mg (1 oz.)	Unid.	1
10	SBM9 Pó magnético para impressões latentes, prata/preto, 30 mg (1 oz.)	Unid.	1
11	125L Aplicador padrão de pó magnético	Unid.	1
12	101L Pó preto acetinado para impressões latentes, 59 ml (2 oz.)	Unid.	1
13	103L Pó branco para impressões latentes, 59 ml (2 oz.)	Unid.	1
14	CBG203L Caixa para moedas/Pó galvânico para impressões latentes, 59 ml (2 oz.)	Unid.	1
15	SB201L Pó prata/preto para impressões latentes, 59 ml (2 oz.)	Unid.	1
16	SG202L Pó prata/cinza para impressões latentes, 59 ml (2 oz.)	Unid.	1
17	SR301L Pó prata/vermelho para impressões latentes, 59 ml (2 oz.)	Unid.	1
18	122L1 Kit de pincéis de fibra de vidro para impressões latentes	Unid.	4
19	CFB100 Pincel SEARCH Carbosmoove I	Unid.	2
20	144L Fita de levantamento, transparente, 3,81 cm x 914,4 (1,5" x 360")	Unid.	1
21	145L Fita de levantamento, translúcida, 3,81 cm x 914,4 (1,5" x 360")	Unid.	1
22	144L4 Fita de levantamento, transparente, 10,2 cm 914,4 cm (4" x 360")	Unid.	1

23	133LTWB Super seleção de levantadores articulados SEARCH	Unid.	1
24	127LB Levantadores em borracha e gel: 5 cm x 10,1 cm (2" x 4") preto, 12 por pacote	Unid.	1
25	127LW Levantadores de borracha e gel: 5 cm x 10,1 cm (2" x 4") branco, 12 por pacote	Unid.	1
26	LB0021 Cartões de contraste SEARCH para impressões levantadas, 50 por bloco	Unid.	1
27	NSI609 Spray de ninidrina com fórmula especial, 240 ml (8oz.)	Unid.	1
28	SLPS300 Spray para impressões latentes prata, 240 ml (8oz.)	Unid.	1
29	DFS200P Bomba de spray com DFO, 100 ml	Unid.	1
30	DF2016 Pistola descartável Fumette™ com iodo, 6 unidades	Unid.	1
31	DCA16 Intensificadores de impressão SEARCH de iodo, 6 unidades	Unid.	1
32	CNA2000 Sistema de revelação "The Finder™" com cianoacrilato, 5 unidades	Unid.	1
33	EFP90PF Kit Scene PrintMatic™ Flawless de remoção de impressões digitais da cena do crime, que contém: 1 unidade de PFP700 Almofada de tinta PrintMatic™ Flawless; 1 unidade de FPT270A Almofada de remoção de impressões digitais, 50 folhas; 24 unidades de FPT1C1 Toalhinhas superlimpantes	Unid.	1
34	317M Ampliador de impressão digital, 7,6 cm (3") dia.	Unid.	1
35	KCP115 Lanterna de bolso de LED com baterias	Unid.	1
36	600E Fita métrica para evidências fotográficas, 1,3 cm x 12,7 m (1/2" x 30')	Unid.	1
37	603E Fita para identificação de provas, 2,5 cm x 12,7 m (1" x 30')	Unid.	1
38	KCP114 Fita métrica retrátil, 2 m (6')	Unid.	1
39	EPS30W Régua para evidências fotográficas, 15 cm (6"), 10 unidades	Unid.	1

40	KCP110 Tesoura	Unid.	1
41	KCP116 Bloco de notas com calendário	Unid.	1
42	611E Marcador de provas preto	Unid.	1
43	KCP145 Marcador china branco	Unid.	1
44	SF00771 Luvas descartáveis de látex, grandes, par	Unid.	2
45	MCM100B Massa de vidraceiro Mikrosil™ marrom, 200 g (7 oz.) com catalisador	Unid.	1
46	MCM100W Massa de vidraceiro Mikrosil™ branca, 200 g (7 oz.) com catalisador	Unid.	1
47	621E1 Sacos para provas SEARCH com selo a quente, 10,2 cm x 25,4 cm (4" x 10")	Unid.	12
48	622E1 Sacos para provas SEARCH com selo a quente, 20,3 cm x 30,5 cm (8" x 12")	Unid.	8
49	IEB40001 Sacos para integridade de evidências, 10,2 cm x 19 cm (4" x 7,5")	Unid.	10
50	IEB75001 Saco para integridade de evidências, 19 cm x 26,7 cm (7,5" x 10,5")	Unid.	10
51	IEB12001 Saco para integridade de evidências, 30,5 cm x 39,4 cm (12" x 15,5")	Unid.	10
52	BM250A Fonte de luz BLUEMAXX™ de 3 Watt	Unid.	1
53	BMS300 Óculos com filtro de barreira BLUEMAXX™	Unid.	1
54	LL701 Pó fluorescente REDescent™ para impressões latentes, 59 ml (2 oz.)	Unid.	1
55	118L Pincel regular para pó SEARCH	Unid.	1
56	Bolsa Tactical: 22,9 cm x 45,7 cm x 25,4 cm (9" x 18" x 10") no compartimento principal; 15,2 cm x 40,6 cm x 17,7 cm (6" x 16" x 7") no cargo removível e sacola de náilon com dois bolsos laterais com zíper; Oito suportes de tubos em um grande bolso externo acolchoados; Bolsos laterais acolchoados no compartimento principal para acomodar e proteger os equipamentos; Alças em náilon resistente com fechamento em velcro; Alça de ombro removível com cliques resistentes; Compartimento principal de 15 cm (6") com fechamento em zíper duplo e aba com fechamento em velcro, 61 cm x 40,6 cm x 24,4 cm (24" x 16" x 10").	Unid.	1

1.2 O prazo de vigência da contratação é de 210 (duzentos e dez dias) dias contados do(a) retirada da Nota de Empenho.

1.3 Os bens objeto da aquisição estão dentro da padronização seguida pelo órgão, conforme especificações técnicas e requisitos de desempenho constantes do Catálogo Unificado de Materiais - CATMAT do SIASG.

1.3.1 Em caso de divergência entre as descrições e especificações constantes do CATMAT e do presente Termo de Referência, prevalecem estas últimas.

1.4 Dos Critérios de Sustentabilidade:

1.4.1 A Contratada fica obrigada a adotar os termos da IN SLTI/MPOG nº 01/2010, no que for aplicável à fabricação dos produtos objeto deste certame, adotando sustentabilidade ambiental em suas práticas;

1.4.2 A contratada adotará boas práticas de otimização de recursos/redução de desperdícios/ menor poluição, tais como:

1.4.2.1 Que os bens sejam constituídos, no todo ou em parte, por material reciclado, atóxico, biodegradável, conforme ABNT NBR –15448-1 e 15448-2; 13.2.2;

1.4.2.2 Que sejam observados os requisitos ambientais para a obtenção de certificação do Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial – INMETRO como produtos sustentáveis ou de menor impacto ambiental em relação aos seus similares, quando aplicável;

1.4.2.3 Que os bens devam ser, preferencialmente, acondicionados em embalagem individual adequada, com o menor volume possível, que utilize materiais recicláveis, de forma a garantir a máxima proteção durante o transporte e o armazenamento;

1.4.2.4 Que os bens não contenham substâncias perigosas em concentração acima da recomendada na diretiva RoHS (Restriction of Certain Hazardous Substances), tais como mercúrio (Hg), chumbo (Pb), cromo hexavalente (Cr(VI)), cádmio (Cd), bifenil[1]polibromados (PBBs), éteres difenil-polibromados (PBDEs); e

1.4.2.5 Que respeite as Normas Brasileiras – NBR publicadas pela Associação Brasileira de Normas Técnicas sobre resíduos sólidos;

1.4.3 O custo da aplicação dos critérios de sustentabilidade ambiental exigidos correrá por conta da Contratada.

2. JUSTIFICATIVA E OBJETIVO DA CONTRATAÇÃO

2.1 A Justificativa e objetivo da contratação encontra-se pormenorizada em Tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO:

3.1 A descrição da solução como um todo, encontra-se pormenorizada em Tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

4. CLASSIFICAÇÃO DOS BENS COMUNS

4.1. Trata-se de aquisição de bem comum, a ser contratada mediante licitação, na modalidade pregão, em sua forma eletrônica.

5. CRITÉRIOS DE SUSTENTABILIDADE

5.1 Os critérios de sustentabilidade são aqueles previstos nas especificações do objeto (item 1.4) e/ou obrigações da contratada e/ou no edital como requisito previsto em lei especial.

6. ENTREGA E CRITÉRIOS DE ACEITAÇÃO DO OBJETO.

6.1. O prazo de entrega dos bens é de 120 (cento e vinte) dias, contados do(a) retirada da Nota de Empenho, em remessa ÚNICA, no seguinte endereço Av. Walter Ananias, 705, Jaraguá, Maceió/AL – CEP 57.022-065.

6.2. Os bens serão recebidos provisoriamente no prazo de 05 (cinco) dias, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta.

6.3. Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 90 (noventa) dias, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

6.4. Os bens serão recebidos definitivamente no prazo de 10 (dez) dias, contados do recebimento provisório, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo circunstanciado.

6.4.1. Na hipótese de a verificação a que se refere o subitem anterior não ser procedida dentro do prazo fixado, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento definitivo no dia do esgotamento do prazo.

6.5. O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato.

7. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

7.1. São obrigações da Contratante:

7.1.1. receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Edital e seus anexos;

7.1.2. verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade dos bens recebidos provisoriamente com as especificações constantes do Edital e da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivo;

7.1.3. comunicar à Contratada, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas no objeto fornecido, para que seja substituído, reparado ou corrigido;

7.1.4. acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da Contratada, através de comissão/servidor especialmente designado;

7.1.5. efetuar o pagamento à Contratada no valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo e forma estabelecidos no Edital e seus anexos;

7.2. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela Contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução do presente Termo de Contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da Contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

8. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

8.1. A Contratada deve cumprir todas as obrigações constantes no Edital, seus anexos e sua proposta, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto e, ainda:

8.1.1. efetuar a entrega do objeto em perfeitas condições, conforme especificações, prazo e local constantes no Termo de Referência e seus anexos, acompanhado da respectiva nota fiscal, na qual constarão as indicações referentes a: marca, fabricante, modelo, procedência e prazo de garantia ou validade;

8.1.1.1 O objeto deve estar acompanhado do manual do usuário, com uma versão em português e da relação da rede de assistência técnica autorizada;

8.1.2. responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12, 13 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);

8.1.3. substituir, reparar ou corrigir, às suas expensas, no prazo fixado neste Termo de Referência, o objeto com avarias ou defeitos;

8.1.4. comunicar à Contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

8.1.5. manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

8.1.6. indicar preposto para representá-la durante a execução do contrato.

8.1.7. promover a destinação final ambientalmente adequada, sempre que a legislação assim o exigir, como nos casos de pneus, pilhas e baterias, etc.

8.2. Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, a empresa contratada deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, até o dia trinta do mês seguinte ao da prestação dos serviços, os seguintes documentos: 1) prova de regularidade relativa à Seguridade Social; 2) certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União; 3) certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Municipal ou Distrital do domicílio ou sede do contratado; 4) Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e 5) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT, conforme alínea "c" do item 10.2 do Anexo VIII-B da IN SEGES/MP n. 5/2017

9. DA SUBCONTRATAÇÃO

9.1 Não será admitida a subcontratação do objeto licitatório.

10. DA ALTERAÇÃO SUBJETIVA

10.1. É admissível a fusão, cisão ou incorporação da contratada com/em outra pessoa jurídica, desde que sejam observados pela nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos na licitação original; sejam mantidas as demais cláusulas e condições do contrato; não haja prejuízo à execução do objeto pactuado e haja a anuência expressa da Administração à continuidade do contrato.

11. DO CONTROLE E FISCALIZAÇÃO DA EXECUÇÃO

11.1. Nos termos do art. 67 Lei nº 8.666, de 1993, será designado representante para acompanhar e fiscalizar a entrega dos bens, anotando em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução e determinando o que for necessário à regularização de falhas ou defeitos observados.

11.1.1. O recebimento de material de valor superior a R\$ 176.000,00 (cento e setenta e seis mil reais) será confiado a uma comissão de, no mínimo, 3 (três) membros, designados pela autoridade competente.

11.2. A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas ou vícios redibitórios, e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Administração ou de seus agentes e prepostos,

de conformidade com o art. 70 da Lei nº 8.666, de 1993.

11.3. O representante da Administração anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos funcionários eventualmente envolvidos, determinando o que for necessário à regularização das falhas ou defeitos observados e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.

12. DO PAGAMENTO

12.1. O pagamento será realizado no prazo máximo de até **30 (trinta)** dias, contados a partir do recebimento da Nota Fiscal ou Fatura, através de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

12.1.1. Os pagamentos decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 24 da Lei 8.666, de 1993, deverão ser efetuados no prazo de até 5 (cinco) dias úteis, contados da data da apresentação da Nota Fiscal, nos termos do art. 5º, § 3º, da Lei nº 8.666, de 1993.

12.2. Considera-se ocorrido o recebimento da nota fiscal ou fatura no momento em que o órgão contratante atestar a execução do objeto do contrato.

12.3. A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 29 da Lei nº 8.666, de 1993.

12.3.1. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do fornecedor contratado, deverão ser tomadas as providências previstas no do art. 31 da Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018.

12.4. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal ou dos documentos pertinentes à contratação, ou, ainda, circunstância que impeça a liquidação da despesa, como, por exemplo, obrigação financeira pendente, decorrente de penalidade imposta ou inadimplência, o pagamento ficará sobrestado até que a Contratada providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a Contratante.

12.5. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

12.6. Antes de cada pagamento à contratada, será realizada consulta ao SICAF para verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital.

12.7. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade da contratada, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério da contratante.

12.8. Previamente à emissão de nota de empenho e a cada pagamento, a Administração deverá realizar consulta ao SICAF para identificar possível suspensão temporária de participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas, observado o disposto no art. 29, da Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018.

12.9. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, a contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência da contratada, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

12.10. Persistindo a irregularidade, a contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada à contratada a ampla defesa.

12.11. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso a contratada não regularize sua situação junto ao SICAF.

12.11.1. Será rescindido o contrato em execução com a contratada inadimplente no SICAF, salvo por motivo de economicidade, segurança nacional ou outro de interesse público de alta relevância, devidamente justificado, em qualquer caso, pela máxima autoridade da contratante.

12.12. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

12.12.1. A Contratada regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

12.13. Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a Contratada não tenha concorrido, de alguma forma, para tanto, o valor devido deverá ser acrescido de atualização financeira, e sua apuração se fará desde a data de seu vencimento até a data do efetivo pagamento, em que os juros de mora serão calculados à taxa de 0,5% (meio por cento) ao mês, ou 6% (seis por cento) ao ano, mediante aplicação das seguintes fórmulas:

$EM = I \times N \times VP$, sendo:

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela a ser paga.

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

I = (TX)	I =	$\frac{(6 / 100)}{365}$	I = 0,00016438 TX = Percentual da taxa anual = 6%
----------	-----	-------------------------	--

13. DO REAJUSTE

13.1 Os preços inicialmente contratados são fixos e irreajustáveis no prazo de um ano contado da data limite para a apresentação das propostas.

13.2 Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido da CONTRATADA, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pela CONTRATANTE, do índice **Índice Geral de Preços do Mercado - IGPM**, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade, com base na seguinte fórmula (art. 5º do Decreto n.º 1.054, de 1994):

$R = V (I - I^o) / I^o$, onde:

R = Valor do reajuste procurado;

V = Valor contratual a ser reajustado;

I^o = índice inicial - refere-se ao índice de custos ou de preços correspondente à data fixada para entrega da proposta na licitação;

I = Índice relativo ao mês do reajustamento;

13.3 Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

13.4. No caso de atraso ou não divulgação do índice de reajustamento, o CONTRATANTE pagará à CONTRATADA a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja divulgado o índice definitivo.

13.5 Caso o índice estabelecido para reajustamento venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.

13.6. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

13.7. O reajuste será realizado por apostilamento.

14. DA GARANTIA DE EXECUÇÃO

14.1 Não haverá exigência de garantia contratual da execução, pelas razões abaixo justificadas:

14.1.1. Trata-se de bens para pronta entrega, cujo o pagamento fica condicionado a perfeita execução do contratado, sendo desnecessária a exigência de garantia.

15. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

15.1 Comete infração administrativa nos termos da Lei nº 10.520, de 2002, a Contratada que:

- a) falhar na execução do contrato, pela inexecução, total ou parcial, de quaisquer das obrigações assumidas na contratação;
- b) ensejar o retardamento da execução do objeto;
- c) fraudar na execução do contrato;
- d) comportar-se de modo inidôneo; ou
- e) cometer fraude fiscal;

15.2 Pela inexecução total ou parcial do objeto deste contrato, a Administração pode aplicar à CONTRATADA as seguintes sanções:

i) Advertência por escrito, quando do não cumprimento de quaisquer das obrigações contratuais consideradas faltas leves, assim entendidas aquelas que não acarretam prejuízos significativos para o serviço contratado;

ii) Multa:

- (1) moratória de 0,25% (zero virgula vinte e cinco por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 20 (vinte) dias;
- (2) compensatória de 10 % (dez por cento) sobre o valor total do contrato, no caso de inexecução total do objeto;
- (3) Suspensão de licitar e impedimento de contratar com o órgão, entidade ou unidade administrativa pela qual a Administração Pública opera e atua concretamente, pelo prazo de até dois anos;
- (4) Sanção de impedimento de licitar e contratar com órgãos e entidades da União, com o consequente descredenciamento no SICAF pelo prazo de até cinco anos; e
- (5) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir a Contratante pelos prejuízos causados.

15.3 A Sanção de impedimento de licitar e contratar prevista neste subitem "iv" também é aplicável em quaisquer das hipóteses previstas como infração administrativa neste Termo de Referência.

15.4 As sanções previstas nos subitens "i", "iii", "iv" e "v" poderão ser aplicadas à CONTRATADA juntamente com as de multa, descontando-a dos pagamentos a serem efetuados.

15.5 Também ficam sujeitas às penalidades do art. 87, III e IV da Lei nº 8.666, de 1993, as empresas ou profissionais que:

15.5.1 tenham sofrido condenação definitiva por praticar, por meio dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;

15.5.2 tenham praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;

15.5.3 demonstrem não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.

15.6 A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa à Contratada, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 8.666, de 1993, e subsidiariamente a Lei nº 9.784, de 1999.

15.7 As multas devidas e/ou prejuízos causados à Contratante serão deduzidos dos valores a serem pagos, ou recolhidos em favor da União, ou deduzidos da garantia, ou ainda, quando for o caso, serão inscritos na Dívida Ativa da União e cobrados judicialmente.

15.7.1 Caso a Contratante determine, a multa deverá ser recolhida no prazo máximo de **10 (dez)** dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

15.8 Caso o valor da multa não seja suficiente para cobrir os prejuízos causados pela conduta do licitante, a União ou Entidade poderá cobrar o valor remanescente judicialmente, conforme artigo 419 do Código Civil.

15.9 A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.

15.10 Se, durante o processo de aplicação de penalidade, se houver indícios de prática de infração administrativa tipificada pela Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, como ato lesivo à administração pública nacional ou estrangeira, cópias do processo administrativo necessárias à apuração da responsabilidade da empresa deverão ser remetidas à autoridade competente, com despacho fundamentado, para ciência e decisão sobre a eventual instauração de investigação preliminar ou Processo Administrativo de Responsabilização - PAR.

15.11 A apuração e o julgamento das demais infrações administrativas não consideradas como ato lesivo à Administração Pública nacional ou estrangeira nos termos da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, seguirão seu rito normal na unidade administrativa.

15.12 O processamento do PAR não interfere no seguimento regular dos processos administrativos específicos para apuração da ocorrência de danos e prejuízos à Administração Pública Federal resultantes de ato lesivo cometido por pessoa jurídica, com ou sem a participação de agente público.

15.13 As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

16. CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR.

16.1 As exigências de habilitação jurídica e de regularidade fiscal e trabalhista são as usuais para a generalidade dos objetos, conforme disciplinado no edital.

16.2 Os critérios de qualificação econômico-financeira a serem atendidos pelo fornecedor estão previstos no edital.

16.3 Os critérios de qualificação técnica a serem atendidos pelo fornecedor serão:

16.3.1 Comprovação de aptidão para o fornecimento de bens em características, quantidades e prazos compatíveis com o objeto desta licitação, ou com o item pertinente, por meio da apresentação de atestados fornecidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado.

16.3.1.1 Para fins da comprovação de que trata este subitem, os atestados deverão dizer respeito a contratos executados com as seguintes características mínimas:

16.3.1.1.1 Materiais, equipamentos ou congêneres utilizados na perícia forense.

16.4 Os critérios de aceitabilidade de preços serão:

16.4.1 Valor Global: R\$ 54.323,16 (cinquenta e quatro mil, trezentos e vinte e três reais e dezesseis centavos).

16.4.2 Valores unitários: conforme planilha de composição de preços anexa ao edital.

16.5 O critério de julgamento da proposta é o menor preço global.

16.6 As regras de desempate entre propostas são as discriminadas no edital.

17. ESTIMATIVA DE PREÇOS E PREÇOS REFERENCIAIS.

17.1. O custo estimado da contratação é de R\$ 54.323,16 (cinquenta e quatro mil, trezentos e vinte e três reais e dezesseis centavos).

18. DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS.

18.1 As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral da União deste exercício, na dotação abaixo discriminada:

Gestão/Unidade: 00001/200358

Fonte de Recursos: TESOURO

Programa de Trabalho: 06.122.2112.2000.001

Elemento de Despesa: 33.90.30 (material de consumo)

19. ANEXOS

20.1 Anexo I - Estudo Técnico Preliminar

Maceió/AL, 11 de novembro de 2021.

JULIUS NOVAIS BOMFIM
Papiloscopista Policial Federal
Chefe do NID/DREX/SR/PF/AL

Câmara Nacional de Modelos de Licitações e Contratos da Consultoria-Geral da União
Termo de Referência para Pregão Eletrônico: Compras
Atualização: Julho/2021

DESPACHO GAB/SR/PF/AL

1. Com fundamento legal no inciso II, do art. 14 do Decreto 10.024/19, APROVO o presente Termo de Referência e o Anexo I (ETP - doc. 20886160), nas condições e quantidades aqui definidas, visando atender às necessidades da Superintendência Regional de Polícia Federal em Alagoas – SR/PF/AL, especificamente, com objetivo de adquirir materiais de consumo para levantamento de impressões digitais latentes em local de crime, com observância aos dispositivos da Lei 10.520/02, Lei 8.666/93 e suas alterações, e demais legislações correlatas.
2. Restitua-se ao SELOG/SR/PF/AL para conhecimento e realização da fase externa da licitação.

SANDRO LUIZ DO VALLE PEREIRA

Delegado de Polícia Federal
Superintendente Regional
Ordenador de Despesas
(assinado eletronicamente)



Documento assinado eletronicamente por **JULIUS NOVAIS BOMFIM, Papiloscopista Policial Federal**, em 11/11/2021, às 10:21, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **SANDRO LUIZ DO VALLE PEREIRA, Superintendente Regional**, em 11/11/2021, às 13:43, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.dpf.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **21011339** e o código CRC **48567ECC**.

Referência: Processo nº 08230.005390/2021-45

SEI nº 21011339